



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Reforçar o combate às pensões ilegais nos bairros comunitários**

No mês passado, um internauta denunciou nas redes sociais a existência de uma pensão ilegal, tendo os serviços competentes actuado de imediato e encontraram a pensão ilegal na Taipa. Esta célere actuação dos serviços competentes foi apoiada e aplaudida por muitos internautas.

No entanto, este caso descoberto talvez seja apenas a ponta do icebergue. Recentemente, o nosso gabinete recebeu muitas queixas de cidadãos que afirmaram ter deparado com muitos turistas do Interior da China a entrarem, a saírem e a esperarem com malas de viagens em edifícios residenciais da zona norte da cidade. Mais referiram que, o comportamento destes turistas é diferente dos turistas em geral, pelo que suspeitam que eles residam em pensões ilegais. Nos feriados e fins-de-semana, o nosso gabinete destacou pessoal para os arredores do Jardim Cheong Meng, perto do Mercado Vermelho, tendo o nosso pessoal reparado que há indícios da existência de pensões ilegais, pois eles repararam que os turistas falavam mandarim, andavam com malas de viagens, estavam a ver um mapa no telemóvel e ainda foram pedir informações a um transeunte sobre a localização de um edifício, e depois o turista dirigiu-se para uma rua interior do bairro comunitário onde não existem pontos turísticos nem estabelecimentos de comidas.

É certo que a observação do nosso pessoal pode não estar correcta, trata-se apenas de uma presunção, mas basta fazer uma pesquisa no telemóvel e escrever: “alojamentos em Macau”, e surgem logo muitas informações e anúncios publicitários



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

sobre as presumíveis pensões ilegais. Estas informações para além de estarem ilustradas ainda indicam que os preços são baixos e os locais são convenientes. A existência de pensões ilegais em Macau é um segredo público e para os turistas que não conhecem as leis de Macau as pensões ilegais são uma alternativa aos elevados preços dos hotéis para visitar Macau nas épocas altas.

A Lei de Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento não dispõe de normas penais e a sua intenção legislativa até deixa uma possibilidade de, no futuro, legalizar os alojamentos locais, no entanto, a lei prevê sanções administrativas até 800 mil patacas e isto demonstra que a sociedade não tolera a ilicitude e os riscos de segurança que as pensões ilegais acarretam e, na realidade, a experiência já nos demonstrou que as pensões ilegais são, muitas vezes, o berço da criminalidade. Com o apoio das políticas do Estado o número de turistas tem vindo a aumentar gradualmente e, sob o impulso dos interesses do mercado, as pensões ilegais podem proliferar como flores após as chuvas de primavera nos bairros comunitários, constituindo assim perigo para a segurança pública e incêndios.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Os serviços competentes criaram uma linha aberta 24 horas para denúncias de pensões ilegais, no entanto, muitos residentes estão mais habituados a usar as redes sociais ou fazer chegar as suas queixas através dos gabinetes de deputados. Com vista a reforçar a divulgação da referida lei, os serviços competentes vão ponderar recorrer a meios físicos, como por exemplo, a impressão de cartazes com o número da linha aberta para denúncias?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Não é possível erradicar o problema das pensões ilegais, e a intenção legislativa da lei também deixa uma possibilidade para o alojamento local, por isso, a longo prazo, os serviços competentes devem estudar e discutir a sua legalização. Vão fazê-lo? Esse trabalho deve ser feito por iniciativa dos serviços competentes, em colaboração com as respectivas instituições académicas e as partes interessadas no seio da comunidade, estudando a sua viabilidade, os seus benefícios e as suas possíveis desvantagens para Macau. Vão fazê-lo?
  
3. Os anúncios sobre as pensões ilegais podem ser encontrados facilmente na internet. Como forma de combate às pensões ilegais, os serviços competentes dispõem ou não de bases legais para tomar a iniciativa de acompanhar e investigar estes anúncios ou até mesmo adoptar medidas de combate semelhantes aos dos “agentes infiltrados”? Caso não existam estas bases legais ou quando estas ainda não tenham sido aperfeiçoadas, vão os serviços competentes ponderar sobre a revisão dos respectivos diplomas legais? Este problema pode ser resolvido através de outros mecanismos mais eficazes, nomeadamente, os de cooperação transfronteiriça?

25 de Abril de 2025

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lo Choi In**